

BIBLIOTECA
UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT
RG N.º 085
Data 08 / 10 / 2007
() Compra (x) Doação () Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Larissa Chaves de Oliveira Zanata Gonçalves

INCLUSÃO DOS SURDOS NA EDUCAÇÃO:
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA

BIBLIOTECA
UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT
RG Nº <u>00 114 081</u>
DATA <u>08 / 10 / 2007</u>
() Compra (☒) Doação () Permuta

376.33(817.2)
6635i
ex. 01

Pontes e Lacerda – MT
2007

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Larissa Chaves de Oliveira Zanata Gonçalves

INCLUSÃO DOS SURDOS NA EDUCAÇÃO:
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA

Monografia, apresentada ao Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campos Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Letras.

Orientadora: Prof. Ms.Tereza de Pazos da Silva

Pontes e Lacerda – MT

2007

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Tereza de Pazos da Silva (Orientadora)
Departamento de Letras de Pontes e Lacerda – MT

Prof. Esp. Elizângela Patrícia Moreira da Costa (Membro)

Profª Ms. Maria da Penha Formanciar Antunes (Membro)



Ao meu esposo, Edwilson e meus
filhos Júnior e Evelyn, pelo amor, apoio e
companheirismo em todos estes anos de
curso. A minha mãe, pai e irmãos pela
ternura, apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Deus que nesta caminhada sempre me proporcionar saúde e forças para concluir mais uma etapa em minha vida.

Aos meus queridos pais, Manoel e Dazinha, que sempre me apoiaram na conquista deste sonho.

Aos meus irmãos, Talissa e Filipe, que foram ímpar para a conclusão deste curso.

Aos professores que me proporcionaram uma crescimento intelectual enquanto acadêmica.

Aos meus colegas principalmente a Denice e o João que juntos buscamos vencer as dificuldades impostas durante a caminhada acadêmica.

À minha orientadora, Pro^{fa} Ms. Tereza Pazos da Silva pela paciência e carinho com que me ajudou.

Enfim, à todos que direta ou indiretamente foram importantes para vencer esta etapa.

POEMA DO SURDO

O teu silencio
É harmonioso
O teu jeito expressivo
É muito gostoso

Sabes sorrir
Sabes chorar
Sabes... É claro;
Te expressar!

O teu falar
Arrepia a gente
És falante de um sistema lingüístico
Muito diferente

Compreender a tua fala
O teu sentimento
É muito envolvimento

Esta língua, visual-especial
Quero aprender
Nos ensina... teu modo de ver
Nos ensina... sentir e aprender
Nos ensina... saber, sobre as coisas do mundo

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as experiências de diretora, professora, mãe e alunas no processo educacional no que diz respeito à inclusão do aluno surdo no ensino regular da rede estadual de ensino na cidade de Pontes e Lacerda, Mato grosso.

Optamos pelo estudo de caso como método para a investigação, trabalhando com uma escola pública do ensino fundamental que integra alunos surdos.

A discussão ora proposta refere-se ao processo de educação e inclusão do deficiente auditivo, destacando, nos relatos, vivências, experiências, ansiedades e inquietações tanto da professora, quanto das alunas, e mãe e diretora neste processo de inclusão. Procuramos também estudos recentes que abordam o assunto, bem como referenciamos a contribuição dos pais, pesquisadores e educadores envolvidos com os alunos surdos.

A inclusão do surdo no ensino regular significa responsabilidades de todos os envolvidos no processo tais como: governo, secretários de educação, diretores de escolas, professores, familiares e depende de toda uma reestruturação e adaptação do sistema.

O nosso texto está assim estruturado: Iniciamos falando da diversidade e da importância da inclusão, traçamos um breve histórico do surdo e sua educação no Brasil chegando à inclusão do surdo no ensino regular. Posteriormente apresentamos os depoimentos de diretora, professora duas alunas e também da família sobre suas concepções, fazemos ao mesmo tempo uma análise das entrevistas á luz de teóricos.

Palavras chave: Educação, inclusão, deficiência auditiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I - DIREITO À DIVERSIDADE.....	11
II - A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DO SURDO NO BRASIL.....	16
III - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS À LUZ DA TEORIA.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	34
ANEXOS.....	37

INTRODUÇÃO

O interesse pelo presente estudo, surgiu como decorrência de vários anos de experiência de minha mãe com alunos surdos e pelo fato de eu ter auxiliado a mesma em diversos ambientes, trabalhando a musicalidade junto aos alunos surdos com coreografias em escolas, igrejas e atualmente na sala de recurso. Os estudos teóricos fizeram-me refletir sobre essa "linguagem privilegiada" essa arte que muitos estudiosos nos fizeram descobrir e que se constitui em uma voz para a deficiência auditiva. Após muita reflexão e leituras chegamos ao tema: Inclusão dos surdos na educação: construção de uma nova cultura.

A escola é uma das instituições que será o principal meio de inclusão, pois é onde se aplicam conceitos e valores, formação e informação.

Contudo, deve se preocupar em tornar os alunos do ensino regular mais humanos para que a partir da escola, possam ser pessoas com sensibilidade humana em acolher portadores de deficiências especiais.

Muitas crianças portadoras de alguma necessidade especial se encontram matriculadas em salas especiais quando deveriam estar junto às outras crianças, matriculadas em classes de ensino regular, pois o contato de crianças sem deficiência, com crianças com deficiência é de suma importância para que ambas possam melhorar o seu desenvolvimento cognitivo e social.

Muitas vezes o insucesso da escola nos revela que não apenas as crianças com deficiência apresentam necessidades referentes à aprendizagem. E nem sempre os educadores trabalham de forma equilibrada, mas priorizando o aspecto cognitivo, para que assim o aprendizado possa fazer parte da vida do aluno e do profissional.

O termo inclusão, tão propagado nos dias atuais, é um processo que busca compartilhar com os diversos seguimentos da sociedade inúmeros serviços tais como saúde, educação, trabalho bem como outros benefícios sociais e culturais.

O Objetivo do presente trabalho foi o de verificar como a diretora, a

professora e a mãe vêem, a educação do aluno deficiente auditivo no ensino regular e como alunas surdas do ensino fundamental são trabalhadas no interior da sala de aula. Para tanto elaboramos questões dirigidas à diretora, professora, mãe e alunas a fim de constatar como tem sido desenvolvida a educação dos alunos surdos no ensino regular.

Para tanto, iniciamos falando da diversidade e da importância da inclusão. Fazemos um breve histórico do surdo e sua educação no Brasil, abordamos ao mesmo tempo a inclusão do surdo no ensino regular. Posteriormente apresentamos os depoimentos da família, diretora, professora e alunas surdas e suas concepções a respeito da inclusão, fazendo assim um paralelo das suas respostas à luz de estudiosos do assunto.

A inclusão é o início de uma grande transformação no que diz respeito à inserção do aluno surdo no ensino regular, e é nisto que consiste o objetivo desse trabalho – tratar das questões referentes à inclusão, a partir da relação aluno – professor – família – escola.

1 – DIREITO À DIVERSIDADE

A história da humanidade revela que uma sociedade bem sucedida é aquela que respeita cada comunidade e o nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico de cada convivência humana. De acordo com documento do MEC, a declaração dos Direitos Humanos (1948) afirma no artigo 1º que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (MEC, 2006, p. 10).

O documento supra citado, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi aprovada em Assembléia Geral das Nações Unidas, proclama ainda

o princípio da não discriminação e o direito de todas as pessoas à educação; a partir daí a escola que é o espaço que deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências tem um papel fundamental em garantir condições a uma vida digna, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação (p. 11).

Ao nos referirmos à diversidade temos em mente as diferenças do ser humano, entre elas as deficiências que podem ser caracterizadas historicamente por diferentes níveis:

Pré-científicos – nos quais empregava a crença do sobrenatural – até os níveis científicos – caracterizados por uma leitura objetiva e empiricamente fundamentada –, a trajetória das pessoas com deficiências inscreveu-se, no processo da história, como um longo capítulo de exclusão e preconceito (CORRER, 2003, p.24).

A esse respeito Rocha apud Correr (2003) afirma que “as relações da sociedade com a pessoa com deficiência foram marcadas por práticas de eliminação física, de eliminação social, fonte de piedade, de intolerância, de curiosidade e de estudo” (p. 26).

É no renascimento, que segundo Bartalotti (2006, p.42,43) surge a preocupação com o indivíduo e com as explicações científicas para os males que o afligem. A partir do século XVIII principalmente no século XX temos a evolução da medicina, classificação das deficiências, evolução do diagnóstico e da aplicação de tratamentos especializados, e com os avanços dos estudos da psicologia, da

educação e da sociologia a deficiência começa a deixar de ser vista como uma doença e passa a ser vista como uma condição. A partir desta nova concepção, para que ocorra o desenvolvimento dessas pessoas, são necessárias medidas sociais, educacionais e políticas públicas.

Na Europa, em 1968, foi convocado um grupo de especialistas da UNESCO, para que fosse montado, a longo prazo, um programa de atendimento às pessoas com deficiência. Naquele documento já se instituiu uma nova forma de conceber a Educação Especial.

Forma enriquecida de educação comum, tendente a melhorar a vida daqueles que sofrem diversas deficiências; enriquecida no sentido de recorrer aos métodos pedagógicos modernos e ao material técnico para remediar certos tipos de deficiências. A falta de intervenção deste tipo, tem levado muitos deficientes a correrem o risco de ficar, em certa medida, inadaptados e diminuídos, do ponto de vista social e sem conseguir alcançar jamais o pleno desenvolvimento de suas capacidades. (UNESCO, 1968).

Contudo, esta nova política educacional só veio a se constituir de uma forma mais articulada, em plano nacional, em 1975, nos Estados Unidos da América, através da Lei Pública nº 94.142. Pode-se dizer que, a partir daí, a própria Educação Especial deixou de ser concebida como especial, para ser a parceira mais constante da educação comum.

A partir de então, esta parceria vem se fortalecendo cada vez mais. Novas leis estão sendo aprovadas, reforçando os direitos da pessoa com deficiência.

No Brasil a Educação Especial, enquanto elemento significativo de políticas educacionais, por muito tempo não recebeu a atenção adequada de pesquisadores. Somente em 1986, a partir da realização da jornada de Pesquisas em Educação Especial ocorrida no Rio de Janeiro, através de seu relatório final, aponta como principais linhas de pesquisas: a integração das pessoas com necessidades especiais, a formação de recursos humanos para o diagnóstico e prevenção, currículos e programas em educação especial, relação crianças – família – escola, reabilitação e profissionalização.

A educação especial brasileira, mesmo entendida como modalidade de ensino desde a década de cinquenta, do século XX, tem sido alvo de abordagens definidas como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes

dos usuais, caracterizando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar ou substituir os serviços educacionais comuns, visando garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Em "Educação Inclusiva: A fundamentação filosófica" (MEC, 2006) vemos que no ano de 1990, em Jomtien, Tailândia, ocorreu uma conferência mundial sobre educação para todos, onde foi proclamada a Declaração de Jomtien, onde os países relembram que "a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens de todas as idades, no mundo inteiro" (MEC, 2006, p. 11).

O Brasil, ao assinar a Declaração de Jomtien, se comprometeu em erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, e, a partir deste compromisso, tem criado ações educacionais e documentos legais para alcançar sistemas educacionais inclusivos. É interessante observarmos que a inclusão social depende de rupturas culturais do passado pois todas as sociedades do mundo se organizaram baseadas em mecanismos e estratégias de "exclusão social".

A declaração de Salamanca, documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (que ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha em 1994), promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantir a inclusão, seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. Sendo assim, a tendência da política social durante as duas últimas décadas tem sido integração e participação, essenciais à dignidade humana e ao gozo de exercer os direitos humanos, lutando assim contra a exclusão, pois "[...] a deficiência não é simplesmente uma qualidade presente no organismo ou comportamento da pessoa considerada deficiente, mas se define pela natureza da relação entre esta e quem a considera deficiente" (OMOTE, apud Alves, 2005, p. 33).

No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades. Temos, desta forma, no cotidiano escolar, complexidade, multiplicidade, incerteza e possibilidades, se opondo à forma como sempre definimos a escola: "pela ordem, regularidade, previsibilidade e repetição [...] nas ações mais rotineiras, ocasionando a tensão entre regulação e emancipação" (SAMPAIO, 2005, p. 23).

Segundo documento do MEC: “na Convenção Interamericana da Guatemala, (1999), para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, os Estados Partes reafirmam os direitos e liberdades fundamentais aos deficientes”. No artigo I, a convenção define que o termo deficiência “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória” (2006, p. 13).

A inclusão da pessoa com deficiência, consiste em reconhecer e valorizar a diversidade e construir uma instituição escolar baseada nas necessidades mesmo porque:

O respeito à diversidade, efetivado no valor às diferenças, trouxe em pauta aspectos relacionados à cidadania que, no primeiro momento, colocou em discussão o fato de que não há liberdade sem igualdade, nem tampouco igualdade sem liberdade. Em função disso, o movimento pela inclusão e suas prerrogativas foram marcados por uma proteção geral e abstrata, porém voltado para contextos sociais imaginariamente inclusivos (OSÓRIO, 2005, p. 31).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) apresenta características básicas de flexibilidade, além de algumas inovações que em muito favorecem o aluno portador de necessidades educativas. Na LDB há um capítulo destinado à Educação Especial, mais especificamente o capítulo V destacando-se: garantia de matrículas para portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 58); criação de serviços de apoio especializado, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial (Art. 58, § 1º); oferta de Educação Especial durante a educação infantil (Art. 58, § 3º); especialização de professores (Art. 59, inciso III).

De acordo com o MEC (2006), a pessoa portadora de necessidades especiais é definida como a pessoa que:

[...] apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiências físicas, sensoriais, cognitivas, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando por isso de recursos especializados para desenvolver mais amplamente o seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar, costumam ser chamadas de pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais (MEC – 2006).

Na educação escolar, o professor se depara a todo instante com alunos que apresentam necessidades especiais específicas. Temos nas nossas salas de aula os que vivem na miséria, cheiram cola, pertencem a minorias lingüísticas, étnicas, ou

culturais. Além disso, de acordo com o documento do MEC (2006) temos, nesta diversidade, os alunos com "deficiência física, mental, visual, auditiva, múltiplas, comportamentos típicos e mesmo os que apresentam altas habilidades" (p. 93).

Neste contexto, o conceito de inclusão escolar sugere uma escola em movimento isto é, uma escola que busca mudar de atitudes, refletir sobre a prática pedagógica, valorizando a heterogeneidade, não podemos nos basear somente nas diferenças dos alunos senão os ajustes educacionais serão tidos como

Dificuldades que necessitam ser trabalhadas, melhoradas ou os alunos precisam estar "prontos" (homogeneizados) para se encaixarem em uma situação de aprendizagem. Essa visão pode ser um grande inconveniente, prejudicando, assim o processo de aprendizagem nas salas de aula que tentam promover valores e oportunidades de aprendizagem inclusivas para todos os alunos (STAINBACK, 2005, p. 11).

As especificidades de cada ser humano não devem mais gerar desigualdades, discriminações, exclusões pois a sociedade em que vivemos, está caminhando para o respeito à diversidade tendo em vista criar contextos sociais inclusivos.

2 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DO SURDO NO BRASIL

Segundo dados do INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos), no Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854 no Rio de Janeiro e, em 1857, criou-se o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro.

De acordo com documentos do MEC a educação dos surdos, antes do século XIX realizava-se por meio da língua de sinais e a maioria de seus professores eram surdos, mas em 1880, no Congresso Mundial de Professores de Surdos (Milão – Itália) chegou-se à conclusão de que os surdos deveriam ser ensinados pelo método oral puro, sendo proibida a utilização da língua de sinais segundo apresenta Fernandes (2000, p. 67).

Lodi (2005) mostra que, durante quase um século (1880 – 1960), o discurso dominante sobre a surdez "centrou-se no abafar, no inferiorizar, no descaracterizar as diferenças, elevando e enfatizando aquilo que estava ausente no surdo frente ao modelo ouvinte (a audição, a fala, a linguagem)" (p.116). Buscava-se, nesta época, que o surdo, através de aparelhos de amplificação sonora e do desenvolvimento da linguagem oral vivesse em sociedade como se fosse ouvinte.

Segundo Lodi (2005), no período entre 1960 e 1970 "o discurso sobre a surdez teve um deslocamento após a descrição lingüística da língua de sinais americana e outras línguas de sinais, com esses estudos os grupos minoritários, neste caso os surdos, ganharam forças para defender sua linguagem social cotidiana e reconhecimento de seus direitos.

Ainda segundo a autora supracitada a década de 1980 é marcada pelo movimento mundial em se implantar uma política educacional bilíngüe. Nesta educação para surdos a primeira língua é a Língua de Sinais, e a segunda língua, no nosso caso, é a língua portuguesa.

No Brasil, temos a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que é um sistema abstrato de regras gramaticais, sendo esta uma modalidade diferente das línguas orais – auditivas, pois são línguas espaço - visuais, sendo sistemas lingüísticos independentes dos orais e não universais (QUADROS, 1997, p. 64).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 6º. orienta as ações norteadoras para as Políticas Nacionais de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dando, à educação escolar um grande poder para impulsionar essa sonhada inclusão. Já que a escola é formadora de opiniões e atinge toda a sociedade, independente de sua classe social ou cultural, então, se a inclusão começa na escola reflete em toda a sociedade.

Alvarez apud Duk nos afirma que:

Algumas das idéias básicas próprias da educação inclusiva são: levar sempre em consideração o fato de que as pessoas são diferentes e que, portanto a escola deve ajudar cada um a desenvolver suas habilidades no contexto comum a todos. Outro fato, é eliminar o espírito da competitividade, a partir do qual a visão do mundo se restringe a uma corrida na qual apenas alguns conseguem chegar ao final. Oferecer oportunidades a todos para compensar as desigualdades existentes, mas sem educar para formar "pessoas iguais" (1998, p.60).

O processo de integração do surdo baseia-se na nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394, publicada em 20.12.1996, que no capítulo V, Art. 58 define educação especial "como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais", sendo um "dever constitucional do estado" (art. 58, § 3º). Além disso, a LDB prevê "currículos, métodos e técnicas, recursos didáticos e organização específicos" para o atendimento adequado de Necessidades Educativas Especiais (Art. 59, inciso I) e "[...] professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns" (art. 59, inciso III).

A educação inclusiva de surdos porém, não tem proporcionado o desenvolvimento das crianças surdas; sabemos que isto exige medidas gradativas de reformulação dos currículos e métodos do ensino. Quadros e Perlim, acreditam que o fracasso das pessoas com surdez se relaciona com a aquisição e uso da língua de sinais na escola comum. Eles questionam o seguinte:

Como a escola inclusiva garante essa forma de comunicação em Língua de Sinais? Quais são os profissionais que usam a Língua de Sinais dentro das escolas inclusivas? Como o conhecimento e as informações são trabalhados na escola inclusiva? Como a arquitetura da escola inclusiva está organizada para trabalhar com os conteúdos curriculares em Língua de Sinais? Como a escola inclusiva trabalha com o português como segunda língua com os alunos com surdez? Deve-se trabalhar com essa língua, partindo do pressuposto de que seja a primeira língua dos demais alunos?

Se a escola inclusiva não está garantindo a aquisição da primeira língua, a Língua de Sinais, como ela poderá garantir o processo de aquisição do português, que é uma segunda língua para as pessoas com surdez, sem uma primeira língua? (PERLIN e QUADROS apud Damázio, 2005, p. 114).

Assim, se pretendemos fazer uma educação inclusiva, devemos assegurar a todos o acesso ao ensino da língua de sinais brasileira. Devido às necessidades específicas de comunicação dos surdos, as escolas da rede regular de ensino, de acordo com a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, devem prever e prover na organização de suas classes, os serviços de apoio pedagógico especializado e serviços especializados - sala de recursos e classes especiais.

Quando falamos em educação inclusiva, não devemos confundir inclusão com a proposta de integração na rede regular de ensino, que nada mais é do que o direito do portador em freqüentar a escola regular quando apto para isso. É sim a inserção em uma escola ou classe que reconhece e valoriza a heterogeneidade dos alunos procurando desenvolver as suas diferentes potencialidades, por meio de uma prática de ensino flexível e diferenciada que busca o que há de melhor em cada um, suas aptidões, independente da condição de ser ou não portador de deficiência, sem fórmulas de ensinar ou propostas pedagógicas de ensino separado.

Dessa forma, a escola atingirá o seu objetivo que é proporcionar ao aluno uma formação educacional que vise integrá-lo e torná-lo parte da sociedade preparando-o para o exercício de sua cidadania para que o mesmo seja sujeito agente de sua história de vida.

Segundo Fonseca (1989), o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendam juntos, independente das dificuldades e das diferenças que apresentem, para garantir um bom nível de educação. Apesar de ser considerada ideal, evitando a segregação dos indivíduos, a educação inclusiva é ainda questionada por muitos educadores que admitem que a eficiência do processo esbarra-se ainda com o despreparo dos professores, a falta de infra-estrutura e barreiras arquitetônicas e com a rejeição por parte dos alunos que não portam deficiência e de seus familiares.

A inclusão escolar pode parecer uma utopia, destinada a um futuro muito distante. Apesar das barreiras com que se depara uma proposta inovadora, já existem inúmeras experiências de escola inclusiva.

Davis coloca que:

A aprendizagem é um processo através do qual a criança se apropria ativamente do conteúdo da experiência humana daquilo que seu grupo social, conhece. Para que a criança aprenda, ela necessitará interagir com outros seres humanos, especialmente com adultos e com outras crianças mais experientes (DAVIS, 1984, p.20-21).

3 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS À LUZ DA TEORIA

Sabemos que as discussões e os debates quanto à educação inclusiva em nosso país tornaram-se tema central em vários âmbitos porém, a mesma tem sido pouco colocada em prática. Quando se trabalha com os alunos ainda é de forma excludente e mecânica sem a preocupação com a inclusão de fato dos alunos no ensino regular. Para entendermos melhor os mecanismos da inclusão do surdo no ensino regular, faz-se necessária uma compreensão mais profunda dos processos político-educacionais da inclusão do educar na diversidade.

Diante desta preocupação, buscamos saber dos profissionais da educação tais como: diretor, professor e também mãe e alunos surdos quais são as suas concepções de inclusão, como a escola está trabalhando com o aluno surdo no ensino regular e como os surdos e suas famílias vêm superando as dificuldades que enfrentam.

Para a coleta de dados aplicamos questionários a cada um dos sujeitos da pesquisa: uma diretora, uma professora, duas alunas surdas e uma mãe. Em seguida procedemos à análise dos dados encontrados.

Iniciamos o trabalho de coleta de dados entrevistando a diretora a quem dirigimos a seguinte pergunta: Você acha que está acontecendo o processo de educação inclusiva dos alunos surdos em sua escola? Justifique. A resposta foi a seguinte: "sim, temos avançado, mesmo que forma lenta, o primeiro passo já foi dado com os projetos de sala de recursos".

Verificamos que na opinião da diretora foi fundamental a criação da sala de recursos para atender ao processo ensino aprendizagem com o intuito de incluir os alunos surdos ao ensino regular, escola que a mesma atua.

De acordo com a Resolução 261/2002/CEE/MT, na sala de recurso a professora deve, elaborar um Plano de Atendimento Pedagógico para atender as especificidades de cada aluno, e os mesmos deverão ser atendidos em pequenos grupos de acordo com a deficiência apresentada.

Vimos anteriormente que, as necessidades de ensino aprendizagem vieram assegurar o direito a inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, na lei nº. 9.394 no seu art. 59 de 23 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece os sistemas de ensino, e assegura aos educandos com necessidades especiais.

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades; III – professores com especialização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como àqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora.

Interessante observar que nas experiências relatadas pelas escolas que atendem os surdos há resistência ainda pelos profissionais, que não acreditam que através da língua de sinais seja de fato possível incluir. A escola tem que discutir os avanços tecnológicos, e introduzir a língua de sinais senão, aos alunos, não serão garantidos os direitos já assegurados por lei.

A segunda pergunta feita à diretora foi a seguinte: Você acha possível um bom relacionamento entre alunos surdos e ouvintes na escola? Justifique. A resposta foi a seguinte: Não há no momento, mas é possível com a inclusão do intérprete em salas regulares.

A diretora acha impossível haver inclusão de fato sem interprete, ou melhor, sem a introdução da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no espaço da sala de aula. A ausência deste conhecimento causa dificuldades de comunicação.

Com base nos dispositivos filosóficos e nos dispositivos da legislação brasileira, o Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução 02/2001 que institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Essas diretrizes incluem os alunos surdos de acordo com o art. 5º, como os que apresentam “dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis.”

Essa resolução veio confirmar as responsabilidades dos secretários de educação, diretores, professores e toda a sociedade de fazer a lei de fato se cumprir. É necessária também uma reconfiguração dos currículos escolares.

A terceira pergunta feita à diretora foi a seguinte: Que tipo de linguagem você acha que os profissionais devem trabalhar com os alunos surdos em sala de aula? Obtivemos a seguinte resposta: "com libras". Esta necessidade é apontada no parágrafo 2º do art. 12 da resolução 02/2001, que afirma que:

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciada dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, com o sistema braile e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvindo os profissionais especializados em cada área.

A forma como a escola vai desenvolver o currículo com os alunos surdos vai depender de sua proposta pedagógica e do número de crianças e jovens surdos matriculados.

A diretora foi bem objetiva e mostrou-se consciente da lei e da necessidade dos alunos em aprender sua língua materna LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). A aquisição da LIBRAS consiste na aplicação de métodos e técnicas, treino e uso da expressão gráfica e/ou da palavra articulada ou ainda da LIBRAS como meio de expressão e comunicação entre os educandos com deficiência auditiva e outras pessoas proporcionando ao surdo o que almeja "ter o direito de tecer seus saberes, suas identidades e sua cultura a partir de duas línguas: a Língua de Sinais e a língua oficial de seu país" (FRANCO, 2000, p.22).

Assim para que ocorra desenvolvimento lingüístico dos alunos surdos é necessário que se trabalhe com os mesmos o bilingüismo respeitando os "aspectos específicos do processo afetivo e cognitivo desses alunos" (FRANCO, 2000, p.21).

A quarta pergunta feita à diretora foi a seguinte: Dê sua opinião sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular. A resposta foi: É necessária e de lei, resta-nos cumprir, fazer o que nos é proposto: investir na educação de surdos e de todos os Portadores de Necessidades Especiais (PNE).

De acordo com a concepção da diretora cabe a cada educador ter o compromisso de querer de fato trabalhar com as diferenças e propor situações que favoreçam condições de observar e avaliar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno. A inclusão do aluno no ensino regular é tarefa pedagógica, como podemos observar na fala de Dotti:

A discussão tem que ser pedagógica, a ação precisa ser pedagógica, e a solução vem através da competência dos professores comprometidos com os interesses populares, e não através da técnica simplesmente. Luta em prol da escolaridade, para cidadania, para que cada criancinha, cada pessoinha que passa para nós atinja melhores níveis de inserção social e produtiva (DOTTI, 1990, p. 17).

Em segunda instância abordamos uma professora para saber quais têm sido suas dificuldades, quanto ao seu trabalho com os surdos. A primeira pergunta direcionada a ela foi a seguinte: Você tem alunos surdos em sua sala de aula? Ao que a mesma respondeu afirmativamente. Em seguida fizemos a segunda pergunta: Na sua opinião como está o processo de educação inclusiva do aluno surdo em sala de aula? Você tem dificuldade em desenvolver atividades? Quais?

Obtivemos a seguinte resposta da professora: O processo está lento e difícil, devido à incapacidade que tenho por não estar preparada para desenvolver as atividades em todas as disciplinas, principalmente em matemática.

Ao afirmar que o processo está lento e difícil, percebemos na professora certa resistência, haja vista que existe uma sala de recursos na escola em que a mesma atua e a professora da referida sala de recursos conhece língua de sinais (LIBRAS) inclusive domina os números em língua de sinais. Se a professora buscasse ajuda isto poderia facilitar a vida cotidiana de sua aluna surda. A resposta da professora nos mostra que falta um elo entre sala regular/ sala de recursos. Falta também uma boa dose de criatividade e reflexão sobre seu trabalho.

Segundo Ainscow:

O professor refazendo sua prática a partir da reflexão na e sobre a ação em sala de aula, demonstra uma competência fundamental à escola inclusiva, pois esta reflexão é base para a improvisação que, por sua vez, permite ao professor encorajar uma participação ativa e ao mesmo tempo, ajudar a personalizar para cada aluno a experiência da aula (AINSCOW apud BAUMEL, 2002, p.8).

Com isso percebemos que a aprendizagem da escrita, continua complexa para os alunos surdos pelo fato de as metodologias de ensino, estarem voltadas, exclusivamente, para o aspecto fônico da língua, e o ensino se dá muitas vezes de forma descontextualizada e mecânica tornando os surdos simples copistas.

Estudos recentes sobre a surdez, segundo Bueno, mostram que:

[...] a surdez acarreta uma diferença básica de linguagem, e que a língua de sinais deve ser encarada como expressão natural da comunidade surda e que o fato de possuir uma língua própria faz com que os surdos devam ser considerados como uma subcultura diferente da dominante, a cultura ouvinte (1999, p. 5).

Sabemos que a capacidade visual não é condição suficiente para a aprendizagem da escrita. Na verdade, este é um processo complexo que requer estratégias que vão além da diferença de letras e do simples fato de saber "falar" a língua, senão não existiriam pessoas que, apesar de ouvirem bem, são analfabetas.

Percebemos que as políticas e práticas pedagógicas utilizadas fundamentam a idéia de que o bom desempenho com a linguagem oral é a garantia para o bom aprendizado, sobretudo no processo da escrita e o contexto nos mostra que esta não é a realidade.

Passamos para a terceira pergunta feita à professora: Você acha possível um bom relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala? Justifique. "Sim, porque no convívio entre surdos e ouvintes, sempre há um bom aprendizado de ambos, sem descartar o fato de que os alunos necessitam de um professor preparado ou especialista na área."

Vimos que apesar da deficiência da professora no ensino aprendizagem a mesma ensinou aos alunos ouvintes valores que defendem o respeito necessário para viver com as diferenças e o diferente.

Segundo Silva (2001, p. 43), é necessário enfatizar que as condições de aprendizagem da leitura e da escrita no processo de escolarização do aluno surdo dependem por via de regra, do modo pelo qual são encaradas suas dificuldades e diferenças, levando-o a adquirir confiabilidade nas dificuldades encontradas. Nesta mesma ótica é preciso destacar que o surdo antes de ter dificuldades na escola,

apresenta dificuldades de aquisição da língua, instalando-se a grande diferença entre surdo e ouvinte.

O importante é que a professora possa ter clareza de que o que faz diferença na educação do surdo não é se ela sabe ou não LIBRAS, o importante é não excluir o aluno alegando não ter capacidade para atuar junto ao mesmo. Toda escola tanto nas salas regulares quanto nas sala de recursos deve organizar-se para oferecer educação de qualidade para os mesmos, "é preciso ficar claro que cada aluno deve receber atendimento de acordo com sua realidade, para poder vivenciar e explorar ao máximo suas potencialidades" (GIL, 1999, p.13).

A quarta pergunta feita à professora foi a seguinte: Você se sente preparada para atuar junto aos surdos? Justifique. A resposta foi: Não, devido à dificuldade que tenho em me comunicar com os alunos. Não sou especialista e nunca fiz curso de aperfeiçoamento nessa área.

A angústia da professora poderia ser minimizada se a mesma considerasse a Resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) nº. 02/2001 que afirma que o importante no recebimento do aluno surdo no ensino regular é oferecer uma educação que permita o desenvolvimento integral do indivíduo, de forma que desenvolva toda a sua potencialidade. Já no que diz respeito especificamente ao ensino da língua a alunos surdos, Faria (2001) nos afirma que:

O ensino de Língua Portuguesa para os surdos deve ser desmembrado em dois momentos distintos: língua portuguesa oral e língua portuguesa escrita. Além disso, deve haver outro momento distinto para a aquisição da língua de sinais. Os momentos devem ser distintos no intuito de evitar o bimodalismo (mistura da estrutura da língua portuguesa com as da língua de sinais) (FARIA, 2001, p.20).

A professora mostra preocupação em como fazer e como ensinar, mas partindo da questão do bimodalismo como mostra Faria, a professora terá grandes dificuldades pois a aluna em questão não teve contato com a LIBRAS antes da formação da sala de recursos, bem como um relacionamento com outros surdos para desenvolver esta língua. Assim, o fato de saber libras não daria à professora, grandes vantagens.

Ao fazer a quinta pergunta: "que tipo de linguagem você vem trabalhando com os alunos surdos, na sala de aula?", obtivemos a seguinte resposta: A linguagem escrita.

É importante observar que o fato da aluna surda não compreender a linguagem escrita e oral como os demais ouvintes, interfere em seu processo educativo, devendo, o mesmo, ser mediado através da sua maneira de se expressar, que a mesma começa a aprender na sala de recursos.

De acordo com a proposta do Ministério da Educação é preciso haver um projeto político pedagógico que reconheça as diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, no processo de educar e incluir o surdo, e que prepare o professor para que esteja comprometido com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva (MEC, 2006, p.20). Este é um trabalho que não se limita às escolas, diz respeito também à formação do professor.

É interessante observar que o decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, (que entrou em vigor em 2006) no capítulo III, art. 9º, parágrafo único diz que "o processo de inclusão de libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas." Sendo assim, a partir desse ano, já deveria constar no currículo desses cursos superiores, a libras como disciplina curricular obrigatória. Entretanto não é isto que temos visto, pelo menos nos cursos a que temos acesso aqui no município de Pontes e Lacerda, Letras e Pedagogia (CEAD).

A sexta e última pergunta foi a seguinte: "Qual a maneira que você usa para se comunicar com seus alunos surdos?" a resposta foi a seguinte: Através de gestos. Essa resposta, nos leva à constatação da importância de orientar os professores em relação às várias formas de comunicação. De acordo com Sá citado por Skiliar (1998), mesmo que nossa cultura, em sua maioria, seja de ouvintes e os alunos surdos tenham acesso a oralização, é importante que o professor conheça a filosofia do Bilingüismo e, em especial, a Língua de Sinais, considerada a língua oficial utilizada pela comunidade surda.

Para as alunas surdas foram feitas perguntas, para as duas ao mesmo tempo através de libras, e a primeira foi a seguinte: Na sua opinião você está inclusa no ensino regular? A resposta foi a seguinte: Não, crianças deixam de lado, professora não entende.

Percebemos, pela fala das alunas surdas, que ambas anseiam pela integração, que vai além de conteúdos, querem mais convívio, respeito. Querem ser preparadas para a vida, querem que os educadores estejam preparados para atendê-las e que ofereçam alternativas educativas para as mesmas.

O estatuto da criança e do adolescente, (lei 8.069/90) principalmente a lei 9.394 de 20/12/1996, artigos 26 e 58. (Brasil, 1997, p.16) garante o respeito às diferenças interculturais e o acesso à arte a qualquer pessoa.

Acreditamos que a função da escola é fazer com que esses alunos se apropriem do conhecimento, desenvolvendo-se melhor para a vida e, para tanto, devemos procurar meios de integrar o surdo à sociedade.

Uma segunda pergunta feita para as alunas foi para que elas falassem qual a metodologia que elas gostariam que fosse trabalhada com elas em sala de aula, as alunas por sua vez responderam: Libras, com figuras. A meu ver as alunas surdas desejam que a escola ensine de fato a sua língua e visualmente com grafia, para seu melhor aprendizado, as mesmas sabem qual a melhor metodologia para seus aprendizados, as mesmas disseram ter contato, quando crianças, com o ensino diferenciado em outras cidades como São Paulo.

Segundo Fernandes (2000) "desenvolver-se cognitivamente não depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas dominar uma língua garante os melhores recursos para as cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos" (p.49).

Percebemos, neste sentido, que a aquisição da língua de sinais vai permitir ao aluno surdo, mediante suas relações sociais, o acesso aos conceitos de sua comunidade, que passará a utilizar juntamente com os seus, formando assim uma maneira de pensar, agir e ver o mundo, característica da cultura de sua comunidade.

Perguntamos ainda às alunas se elas acham que a escola está preparada para atuar com alunos surdos e pedimos para justificarem suas respostas, elas responderam que: a escola não entende o surdo. Observa-se que os alunos com surdez têm as mesmas possibilidades de desenvolvimento que os alunos ouvintes, precisando somente que tenham suas necessidades especiais supridas, o desejo das mesmas é que a escola entenda sua linguagem.

Segundo Luria (1986) torna-se necessário desenvolver alternativas que possibilitem aos alunos com necessidades educativas especiais, meios de comunicação que os habilitem a desenvolver seu potencial lingüístico.

A função da escola não é só passar os conteúdos pedagógicos, mas integrar os surdos na sua própria comunidade, para desenvolver-se na sua própria língua. Pessoas surdas podem adquirir linguagem, comprovando assim seu potencial lingüístico.

Passamos para a quarta pergunta: qual a maneira que vocês acham correta para o professor comunicar com vocês? Explique. A resposta foi a seguinte: Só falar não, libras dava para entender.

O surdo percebe o mundo por meio de experiências visuais e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda. Os alunos surdos clamam para que a escola procure meios para entendê-los. Cabe à escola assumir sua responsabilidade, capacitar profissionais e oferecer-lhes condições para aquisição e o aprendizado da língua de sinais. Segundo Fernandes (2000) a grande maioria das pessoas surdas já escolarizadas continua demonstrando dificuldades, tanto nos níveis fonológicos e morfológicos quanto nos níveis semântico e pragmático.

Fazem-se necessárias alternativas que facilitem o desempenho do aluno com surdez, atividades que propiciem um intercâmbio em todas as áreas, entre surdos e ouvintes. Nesse sentido, o currículo deveria estar organizado partindo de uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, pois a língua oficial da escola precisaria ser, desde o princípio, a língua de sinais brasileira.

O que ocorre nas escolas é que crianças surdas em seu processo de ensino aprendizagem são tratadas como crianças ouvintes que dispõem do português como língua materna.

Das perguntas direcionadas, à mãe a primeira foi a seguinte: Você acha que sua filha está inclusa de fato no ensino regular? A resposta da mãe foi a seguinte: Não, nas reuniões de professor não tem nada certo, ela tenta fazer o que pode, minha filha diz que os colegas, muitas crianças desfazem dela, deixam sozinha, mostram língua.

Observamos que a resposta da mãe foi contrária à da professora, que afirmou que havia um convívio de respeito e ajuda mútua com os colegas. Vimos que não há esta inclusão, mas exclusão e rejeição por parte dos colegas.

Segundo documento do MEC/SEESP "Saberes e Práticas da Inclusão", cuidar e educar depende de um currículo que contemple a criança em sua totalidade. O currículo deve propor a adoção de políticas contextualizadas, de forma a superar idéias fragmentadas e compartimentalizadas das ações educativas, favorecendo a construção de práticas que respondam às demandas da criança e de seus familiares.

Percebemos que no processo inclusivo do aluno com surdez, destaca-se o papel de mediador da comunicação, exercido pelo professor, para que ela se entrose no grupo naturalmente, como qualquer outra criança, libertando os alunos surdos de possíveis tensões com o relacionamento entre ouvintes e tentando sanar todas as suas dificuldades e limitações.

A segunda pergunta feita à mãe foi a seguinte: Você concorda com a metodologia de ensino com a qual os educadores estão trabalhando com seu filho? Justifique. "Não, o professor tenta ajudar mas acha difícil, o professor tem que ter acompanhamento de quem sabe, a matemática por exemplo foi o pai ensinou."

A mãe acha que a professora deve contar com a colaboração de todos os profissionais envolvidos para ajudar a construir o desenvolvimento da linguagem da criança mais próxima da realidade. Nesse sentido segundo Poster (apud BAUMEL, 2002, p.10), os professores da secretaria de educação especial desempenham

funções fundamentais pois exige-se deles competências, qualidades e a capacidade de "orientar o pessoal da escola a desenvolver expectativas positivas em relação aos alunos com deficiências, além da necessária persistência para irem em busca de estratégias capazes de ajudar os professores a lidar com os seus alunos."

Em nossa cidade a Assessoria Pedagógica, realizou a multiplicação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, desenvolvido pelo MEC por meio da Secretaria de Educação Especial, da qual um dos municípios - pólo é Pontes e Lacerda.

O curso foi realizado em 6 (seis) meses totalizando 120 (cento e vinte) horas, contou com a participação de educadores da rede municipal, estadual e escola especial de Pontes e Lacerda. Através de palestras e grupos direcionados, os educadores foram capacitados para trabalhar com a diversidade em sua sala de aula. Porém, os depoimentos da mãe, da professora e das alunas nos mostram que ainda há muito a se aprender no que diz respeito à inclusão.

Perguntamos ainda, à mãe, qual a maneira que a mesma utiliza para se comunicar com sua filha ao que ela respondeu: "Gesto, não tive orientação alguma eu inventei do meu jeito, não sei aonde consegui."

Conforme percebemos, a mãe da aluna, movida pela necessidade de comunicar-se com sua filha, inventou uma linguagem própria em função da inexistência de qualquer orientação por parte do poder público para as famílias das crianças surdas.

Segundo Correr:

Os estudos sobre disponibilização de suportes para as famílias revelaram um redirecionamento da importância da dinâmica familiar para a construção da independência e do domínio de habilidades que são necessárias para uma integração na vida comunitária. A grande maioria dos artigos constantes da literatura, descreve que a introdução de suporte melhora a capacidade de enfrentamento e de resolução de problemas (2003, p.49).

Fica evidenciado, que suportes de ensino aprendizado não só para os alunos surdos, mas também para a família, no processo de desenvolvimento de seus filhos; dará maior segurança e conforto aos mesmos.

A quarta pergunta foi a seguinte: Fale como você gostaria realmente que fosse o trabalho com sua filha junto com os ouvintes em sala da aula? A resposta da mãe foi a seguinte: Libras, que todos tentassem ajudar, compreender, o professor ter paciência.

Segundo Franco (2000), ao colocarmos juntos os diferentes:

[...] ocorre uma [...] 'convivência' harmoniosa, a aceitação, entre os 'diferentes' ocasionando algum sentido quando falamos de formação, do cidadão, da convivência democrática, ainda que essa convivência seja percebida em constante diálogo e articulação. Contudo ao falamos de escola [...] e 'acesso aos bens culturais comuns' esses alunos no caso, os surdos, 'se transformam em aprendizes que demandam específicas intervenções didáticas' (p.28 e 29).

A inclusão é um grande desafio à educação que tem contribuído neste processo e enfrentado este desafio, aceitando o ingresso e permanência do educando surdo no ambiente escolar, integrando-o à sociedade, já que o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos independente de suas dificuldades ou diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa proposta inicial permanece vívida, ao final do estudo a que nos propusemos e que resultou neste trabalho de conclusão de curso, posto que aqui apenas fizemos uma breve reflexão a partir de nossas leituras e pesquisas em relação à educação inclusiva do surdo no ensino regular.

O estudo nos mostrou que é importante não confundir as antigas idéias de "integração" onde o deficiente é que se adapta a escola, com o atual movimento de "inclusão" onde a escola se modifica e passa a se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência.

As pessoas portadoras de necessidades especiais possuem limitações que muitas vezes não as incapacitam, mas geram inferioridades individuais e coletivas. Essas necessidades especiais se mostram como desvantagens cruciais uma vez que estereótipos e discriminações impedem que a pessoa com deficiência tenha uma vida normal em sociedade. Uma das principais fontes de preconceito é a desinformação existente acerca das dificuldades, anseios e potencialidades deste grupo da população.

É interessante percebermos que toda pessoa é passível de adquirir alguma deficiência ao longo do seu ciclo de vida.

O assunto diversidade é complexo, pois trata de grupos ou indivíduos em situações claramente desiguais. Afinal, ao estudar a inclusão social por raça, gênero e deficiências, torna-se necessário avaliar o que pode ser feito para colocar estes grupos em situações de igualdade de oportunidades. Neste sentido são válidas políticas que usem essa desigualdade para conseguir a equidade. Isto significaria tratar os desiguais na proporção da sua desigualdade.

A construção de uma sociedade inclusiva exige mudança de idéias e de práticas construídas ao longo do tempo.

Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que estejam seus professores e mesmo que as políticas públicas criem leis, espaços, assegurem

direitos e deveres isso não irá garantir a inclusão. Pois a verdadeira inclusão dependerá do envolvimento, do comprometimento de toda a sociedade numa relação de afeto.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Denise de Oliveira. **Inclusão escolar de alunos com deficiência: expectativas docentes e implicações pedagógicas.** In: *Inclusão – revista da educação especial* nº 3. Brasília: SEESP, 2005.
- BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006
- BAUMEL, Roseli C. R. **Formação de professores e a escola inclusiva: Questões atuais.** In: *Revista Integração* ano 14 – edição nº 24/2002. SEESP/MEC. Brasília/DF, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. DUK, C. **O enfoque da educação inclusiva.** Panamá.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Direito à Educação: Necessidades Educacionais Especiais:** Subsídios para atuação do Ministério Público Brasileiro. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.** Curso de Formação de Gestores e Educadores. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Educação Infantil: Saberes e Práticas da Inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.** 4 ed. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão:** Introdução – 2 ed. Ver. Brasília, 2003.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Diversidade, deficiência e educação.** In: *Espaço: Informativo Técnico-científico do INES.* Nº 12. Rio de Janeiro: INES, 1999.
- CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade.** São Paulo: Edusc, 2003.

DAMÁSIO, Mirlene Pereira Macedo. **Educação escolar inclusiva para pessoas com surdez na escola comum, questões polêmicas e avanços contemporâneos.** In: Ensaio pedagógicos – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Ilma de Moraes Ramos de. SP: Cortez, 1994 – 2 ed. Ver (coleção Magistério. 2º grau. Série Formação do Professor).

DOTTI, Corina. **Fracasso escolar e classes populares.** In: Paixão de Aprender. RS: Vozes, 1990.

FARIA, S.P. **Interface da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS com a Língua Portuguesa e suas implicações na ensino de Português como segunda língua para surdos.** Revista. Pesquisa Lingüística nº 6. Brasília: LIV – UnB, 2001.

FERNANDES, S. **Introdução: Conhecendo a Surdez,** Paraná. Curitiba: SEDUC/DEF, 2000.

FONSECA, V. **Educação Especial.** Lisboa: Notícias, 1989.

FRANCO, Monique. **A sala de aula inclusiva: O currículo e a diversidade lingüística e identitária.** In: Espaço: Informativo Técnico-científico do INES. Nº 13. Rio de Janeiro: INES, 2000.

GIL, Marta. **Programa um salto para o futuro/espços para inclusão.** Brasília: MEC, SEESP, 1999.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. Lei nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996. Editora do Brasil S/A.

LIMA, Niusarete Margarida de. **Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001. (Série Legislação em Direitos Humanos. Subsérie Pessoa Portadora de Deficiência).

LODI, Ana C. B. **Plurilingüismo e surdez: uma leitura Bakhtiniana da história da educação dos surdos.** SP: Educação e pesquisa, 2005.

LURIA, A R. **Pensamentos e linguagens: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Arte e científicos / EDUSP, 1986.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Inclusão escolar em busca de fundamentos na prática social**. In: Ensaaios pedagógicos – construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

QUADROS, Ronice Mulher. **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAMPAIO, Carmen Sanches. **A presença de uma aluna surda em uma turma de ouvintes – possibilidades de (re) pensar a necessidade e diferença no cotidiano escolar**. In: **Inclusão** – revista da educação especial nº 3. Brasília: SEESP, 2005.

SKLIAR, C. A surdez: **Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STAINBACK, Susan. **Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva**. In: **Inclusão** – Revista da educação especial. Nº 3, Brasília: SEESP, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, CORDE: 1994.

Anexos

ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA AS ALUNAS

01 – Na sua opinião você está inclusa no Ensino Regular?

R: Não, criança deixa de lado, professora não entende.

02 – Fale qual a metodologia que você gostaria que fosse trabalhada com você em sala de aula?

R: Libras, figuras

03 – Você acha que a escola está preparada para atuar com os alunos surdos? Justifique.

R: Escola não entende surdo.

04 – Qual a maneira que você acha correta para o professor se comunicar com você? Explique.

R: Só fala não, libras dava para entender.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO PARA A MÃE

01 – Você acha que sua filha está inclusa de fato no Ensino Regular?

R: Não, nas reuniões de professor não tem nada certo, ela tenta fazer o que pode, minha filha diz que os colegas, muitas crianças desfazem dela, deixam sozinha, mostram língua.

02 – Você concorda com a metodologia do ensino com a qual os educadores estão trabalhando com sua filha? Justifique.

R: Não, o professor tenta ajudar mas acha difícil, o professor tem que ter acompanhamento de quem sabe, a matemática por exemplo foi o pai que ensinou.

03 – Qual maneira você usa para se comunicar com sua filha surda?

R: Gesto, não tive orientação alguma eu inventei do meu jeito, não sei aonde consegui.

04 – Fale como você gostaria realmente que fosse o trabalho com sua filha junto com os ouvintes em sala de aula?

R: Libras, que todos tentassem ajudar, compreender, professor ter paciência.

ANEXO III

QUESTIONÁRIO PARA A DIRETORA

01 – Você acha que está acontecendo o processo de educação inclusiva dos alunos surdos em sua escola? Justifique.

R: Sim, temos avançado, mesmo que de forma lenta, o primeiro passo já foi dado com os projetos de sala de recurso.

02 – Você acha possível um bom relacionamento entre alunos surdos e ouvintes na escola? Justifique.

R: Não há no momento. Mas é possível com a inclusão do intérprete nas salas regulares.

03 – Que tipo de linguagem você acha que os profissionais devem trabalhar com os alunos surdos em sala de aula?

R: Com libras

04 – Dê sua opinião sobre a inclusão do aluno surdo no Ensino Regular?

R: É necessária e de lei, resta-nos cumprir, fazer o que nos é proposto, investir na educação de surdos e de todos os PNE (Portadores de Necessidades Especiais).

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO PARA A PROFESSORA

01 – Você tem alunos surdos em sala de aula?

R: Sim

02 – Na sua opinião como está o processo de educação inclusiva do aluno surdo em sala de aula. Você tem dificuldade em desenvolver atividades? Quais?

R: O processo está lento e difícil, devido à incapacidade que tenho por não estar preparada para desenvolver as atividades orais e escritas e por não conseguir sanar suas dificuldades em todas as disciplinas principalmente em matemática.

03 – Você acha possível um bom relacionamento entre os alunos surdos e ouvintes na sala? Justifique.

R: Sim, porque no convívio entre surdos e ouvintes, sempre há um bom aprendizado de ambos. Sem descartar o fato de que os alunos necessitam de um professor preparado ou especialista na área.

04 – Você se sente preparada para atuar junto aos surdos? Justifique.

R: Não. Devido à dificuldade que tenho em comunicar com os alunos. Não sou especialista e nunca fiz curso de aperfeiçoamento nessa área.

05 – Que tipo de linguagem você vem trabalhando com os alunos surdos, na sala de aula?

R: A linguagem escrita.

06 – Qual a maneira que você usa para se comunicar com seus alunos surdos?

R: Através de gestos.

ANEXO V

ALFABETO MANUAL DO DEFICIENTE AUDITIVO.

A  B  C  D  E  F 

G  H  I  J  K  L 

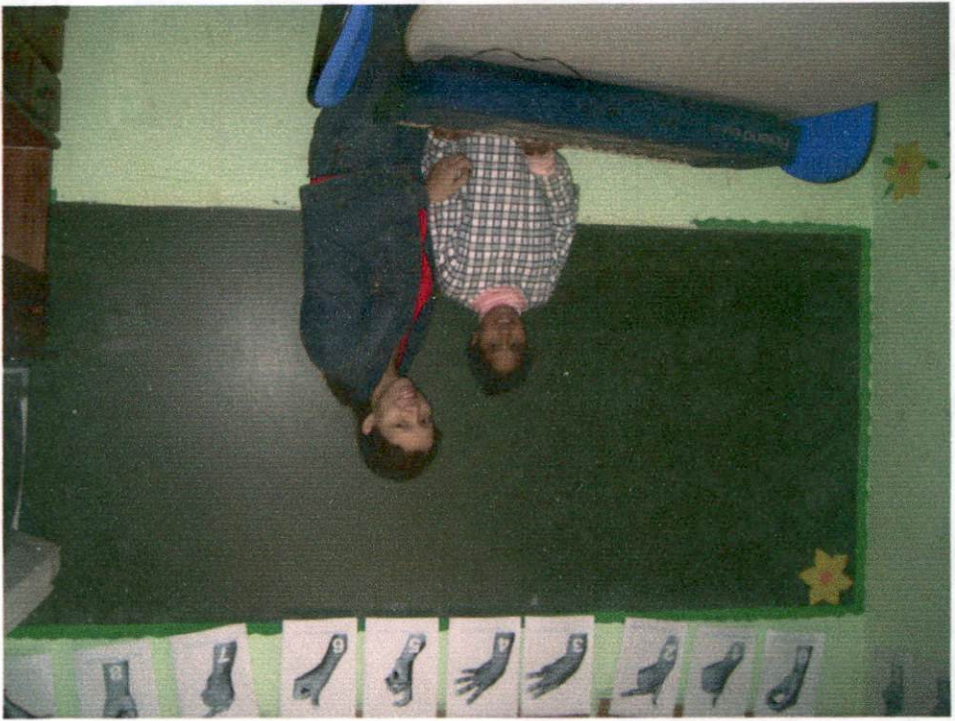
M  N  O  P  Q  R 

S  T  U  V  W  X 

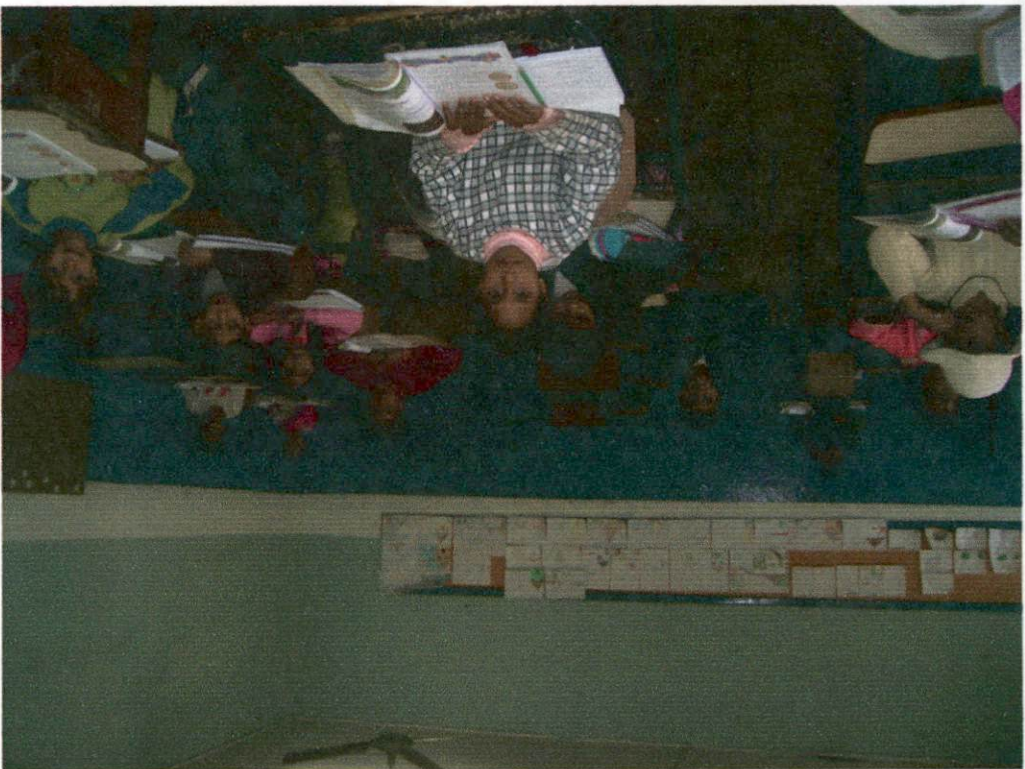
Y  Z 

1  2  3  4  5 

6  7  8  9  0 



ANEXO VII



ANEXO VI

ANEXO A1



1/1/1977



ALUNAS SURDAS NA SALA DE RECURSO

ANEXO IX



ANEXO VIII

ANEXO VIII



ANEXO IX

ALUNAS SURDAS NA SALA DE RECURSO

